

**FACULDADES INTEGRADAS SANTA CRUZ DE CURITIBA – FARESC
IN LITTERAS – REVISTA DOS CURSOS DE LETRAS E PEDAGOGIA**

A CULTURA E A CONSTITUIÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

GAGNO, Roberta Ravaglio¹

RESUMO

O artigo objetiva refletir sobre a construção da cultura profissional docente. É decorrente do grupo de pesquisa CULTPROF – A cultura do Profissional docente - que investiga a temática. Entende-se que a educação é concebida enquanto um fenômeno condicionado pelos acontecimentos que a circundam, é histórica, como histórica é a sociedade. O método de pesquisa se fundamenta nesses aspectos tratados a partir de fontes primárias e secundárias em vários tempos históricos. Entende-se que a cultura pode ser conceituada como hábitos e capacidades adquiridos pelo homem na convivência em uma sociedade e envolve costumes, conhecimentos, crenças. Sabe-se que os indivíduos não se explicam por si mesmos, mas no conjunto das relações que estabelecem, portanto, são múltiplas as determinações que precedem a construção da cultura e o constituem enquanto indivíduo. O que esses indivíduos são depende das condições materiais e de produção a que estão submetidos. Assim as pessoas possuem raízes ligadas as suas heranças culturais, memória, história e ideologias transmitidas pelas gerações durante o processo de socialização. Com isso o profissional docente é forjado por meio de suas vivências, na relação teoria e prática que estabelece nessas relações e que servem de cenário no processo de formação de seus alunos pelo qual é responsável. A profissionalidade docente é construída no ofício de ser professor e na reflexão que isso acarreta com relação ao conhecimento científico produzido, pois ele não é mero produto do meio, mas sim um produto das relações sociais ativas. Apresentam-se análises significativas da coleta de dados das fontes pesquisadas.

Palavras-chave: Cultura Docente. Trabalho. Profissional.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da cultura profissional docente é uma temática importante a ser tratada, sendo o professor um dos atores centrais, juntamente com os alunos, do processo educativo. É o professor que constitui a organização escolar ao mesmo tempo em que é constituído por ela. Ambos são atingidos por forças externas como o mercado, a opinião pública e o Estado e seus inúmeros leis, projetos, decretos, enfim a política governamental como um todo, e fatores internos como relações interpessoais, problemas e parcerias desenvolvidas de diversas ordens. Assim, “As situações escolares não se limitam a reproduzir

¹ Doutora em Educação. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Paraná, Campus Curitiba 1 (UNESPAR).

cultura para os alunos e cultura profissional para os professores, pois também contribuem para a recriação destas culturas” (SACRISTÁN, 1995, p. 73).

O ser humano está direta e intimamente relacionado ao funcionamento das instituições sociais nas quais faz parte, sendo que essa ligação não pode perder de vista a construção do ser individual, pois ambas, estrutura individual e estrutura social constituem o sujeito. Por esse motivo cabe ressaltar que o alcance das influências sociais é incomensuravelmente maior que as genéticas ou individuais. Os sujeitos se constituem nas relações que estabelecem com o meio e os grupos que dele fazem parte, esse é um processo de hominização construído sobre os alicerces do trabalho.

Conhecer o professor e qual a cultura que o constitui reside no fato de trazê-lo para o centro do debate, da investigação científica e das discussões que perpassam os gabinetes e onde as políticas para essa categoria são definidas. Quem é esse profissional, sua história e trajetória de vida, a forma com que é tratado, avaliado, os processos de formação, os conflitos pelos quais passa, os espaços e tempos que fazem parte da profissão.

Ao se falar em trabalho docente, é importante ressaltar que este é um conceito recheado de implicações provindas da cultura social e de trabalho na qual a sociedade impõe suas ordens e organizações. Isso remete a interesses particulares de grupos específicos que estão no poder, de uma elite econômica e social. Assim sendo, o trabalho docente é marcado por transformações sociais. Nesse sentido, a constituição da profissão docente se efetiva por assimilação de valores culturais, normas e representações coletivas de vida. Essa coletividade produz e transmite cultura para as gerações.

É uma cultura que não pode ser silenciada, pois cabe a academia desvelar a homogeneidade aparente expressada pelas formas de nivelamento que as políticas, a sociedade e os meios de comunicação de massa tratam a profissão. Uma compreensão que deve se dar no cotidiano do trabalho no interior das escolas e das salas de aula, experiências que ultrapassam currículos, legislação, planejamentos e avaliações, mas que tratam do professor em sua totalidade na construção da cultura profissional.

2 CONCEITOS DE CULTURA

A cultura pode ser conceituada como hábitos e capacidades adquiridos pelo homem na convivência em uma sociedade e envolve costumes, conhecimentos, crenças, que interferem diretamente nas práticas cotidianas desse sujeito. Para Marx e Engels (2007) os indivíduos não se explicam por si mesmos, mas no conjunto das relações que estabelecem, assim sendo, são múltiplas as determinações que precedem a construção da cultura e o constituem enquanto

indivíduo. O que esses indivíduos são está diretamente relacionado das condições materiais e de produção a que estão submetidos.

Nesse sentido, “A cultura não é uma vaga fantasia de satisfação, mas um conjunto de potenciais produzidos pela história e que trabalham subversivamente dentro dela” (EAGLETON, 2011, p. 39). É um sistema complexo que compreende uma rede de atividades, com significados compartilhados. O sujeito, no entanto não é consciente de forma plena desse processo que é redefinido com a prática coletiva em função desses múltiplos fatores criados e assumidos pelo ser humano.

A Cultura é um termo polissêmico no que tange a valores, crenças, costumes e práticas que constituem o modo de vida de uma pessoa ou de grupo de pessoas e envolve entre questões como a lei, a arte, a moral, os costumes, os hábitos e as capacidades adquiridas ao longo do tempo e no relacionamento com as demais pessoas e o ambiente. Para Hall (2014) os seres humanos são aquilo o que lhes foi ensinado.

Sendo, portanto, um termo complexo, pode ser utilizado como ideologia para legitimar um determinado tipo de direcionamento político e/ou o poder ao se estipular a cultura da escola, a cultura do museu, a cultura da fotografia, direciona-se para um modo de vida de um determinado grupo de pessoas e por isso as une, pois pertence a um determinado local ou classe, profissão ou ainda geração. A constituição dessa cultura ocorre quando as pessoas compartilham também os modos de falar, de proceder, os saberes em comum, os sistemas de valores e ainda, uma autoimagem coletiva de pertença a uma determinada classe ou grupo.

Nesse sentido a cultura é essencialmente política em função de se apresentar enquanto um terreno de disputa, das condições históricas e de um processo contínuo de resistências e dominações em nome dela. “A cultura não é unicamente aquilo que vivemos. Ela também é, em grande medida, aquilo para o que vivemos” (EAGLETON, 2011, p. 184). Nesse direcionamento a cultura “É ao mesmo tempo uma entidade feita pelo homem e uma entidade que faz o homem; submete-se à liberdade humana e restringe essa liberdade; relaciona-se ao ser humano em sua qualidade tanto de sujeito quanto de objeto” (BAUMAN, 2012, p. 128-129).

A cultura é descrita (HALL, 2014) como sendo práticas que são vividas por um grupo, ou uma classe ou ainda ideologias também práticas que capacitam uma dada sociedade a interpretar, experimentar, definir com a finalidade de dar sentido a sua existência. Desta forma, as pessoas possuem raízes ligadas as suas heranças culturais, a memória, a história e ideologias transmitidas pelas gerações durante o processo de socialização, que recebem interferências das questões mais amplas da sociedade e não apenas da cultura local.

Já Vieira Pinto (1979) afirma que a cultura é uma transmissão histórica do processo de hominização assim, as criações da cultura e do homem fazem parte de um mesmo processo. É um acúmulo de experiências que os homens são capazes de realizar, de modo a fixar aquelas que lhes são favoráveis transformando-as em ideias que se generalizam com o decorrer do tempo.

Com base nisso, o pensamento de Gramsci é ainda atual. Em uma nota nomeada *Retorno De Sanctis*, em um dos seus últimos escritos carcerários, Gramsci (2004, p. 63 - 64) reflete a respeito da ideia de um filósofo e historiador da literatura italiana Francesco De Sanctis, segundo a qual conceitua cultura como sendo, “uma coerente, unitária e nacionalmente difundida concepção da vida e do homem, uma religião laica, uma filosofia que tenha se transformado precisamente em cultura, isto é, que tenha gerado uma ética, um modo de viver, uma conduta civil e individual”.

Dessa forma, a cultura é um bem universal que inclui as dimensões política e econômica da sociedade; ela é considerada unitária quando proporciona a compreensão das relações contraditórias da realidade, com vistas a criticá-las e superá-las. A cultura é, entretanto, percebida por Gramsci como sendo dirigida por uma elite, numa estrutura hierarquicamente montada e permeando o senso comum de grande parte da população. Nesses termos, o que se torna importante é permitir uma formação do indivíduo por meio de uma reforma cultural, em que uma das possibilidades de sua efetivação seria a partir da organização política dos trabalhadores, relacionando teoria e prática.

3 A CULTURA DOCENTE

A partir das reflexões sobre o conceito de cultura, observa-se que o ser humano está sujeito às regras sociais, onde a concepção de mundo é formada e a construção de valores se dá. Um movimento contínuo que o constitui de forma ininterrupta, porém não linear e não da mesma maneira para todas as pessoas. Nesse sentido, pode-se citar Heller:

Também enquanto indivíduo, portanto, é o homem um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representando do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração (tribo, demos, estamento, classe, nação, humanidade) – bem como, frequentemente, várias integrações – cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua “consciência de nós”. (HELLER, 2008, p. 21).

Na constituição da cultura docente esse processo não se dá com uma configuração diferenciada, pois está imbricada em todas as etapas mencionadas acima. Desta forma, o

profissional docente é forjado por meio de suas vivências, mas também na relação teoria e prática que estabelece, no cotidiano dessas relações. A profissionalidade docente é construída no ofício de ser professor e na reflexão que isso acarreta com relação ao conhecimento científico produzido. Nesse mesmo direcionamento (VIEIRA PINTO, 1979, p. 23) afirma que “Em vez de permanecer como um ser que é apenas do mundo, transforma-se em um ser que é capaz de fazer o mundo ser dele”. Ou ainda conforme Elias (1996) que afirma que cada setor profissional passa por um processo de especialização próprio que diversifica os percursos e desenvolve seus métodos, objeto e espírito e formam grupos em torno de suas atividades e/ou regras do jogo. Isso os distingue dos outros grupos desde os mais próximos aos mais distantes.

Isso sugere que o ser humano é o processo de seus atos e que esse processo de constituição se dá a partir das condições dadas (FERREIRA, 2008). Portanto, a cultura profissional docente se constituirá, entre outras coisas, em conformidade com as condições de trabalho e formação desse profissional da educação. Assim,

[...] o homem só pode ser concebido concretamente como produto das relações sociais, como uma série de relações ativas (um processo), no qual, se a individualidade tem a máxima importância não é, todavia o único elemento a ser considerado, pois a humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. Todavia, o indivíduo não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente, na medida em que passa a fazer parte de organismos, dos mais simples aos mais complexos, ativamente por meio da “produção da sua existência”, do trabalho e da técnica (FERREIRA, 2008, p. 53)

São relações estabelecidas de forma consciente e ativa em conformidade com o grau de inteligibilidade de cada um. Nesse sentido, o professor ao se relacionar e ao constituir uma determinada cultura profissional transforma o meio em que está inserido e transforma a si mesmo numa relação dialética. A legitimidade cultural é uma realidade que pressupõe uma relação entre as pessoas, o meio, os bens culturais e as múltiplas instâncias de convivência entre si. E a criação dessa cultura vai depender diretamente da maior ou menor capacidade de impor uma cultura ou um sentimento de importância de um comportamento ou direcionamento. Nesse sentido, pode-se afirmar que a construção da cultura docente não é apenas moldada pelo meio em que eles estão inseridos, mas que também decorre de suas ações e sentimentos e está diretamente atrelada aos processos de trabalho.

As profissões se definem pelas regras e conhecimentos que a constituem na atividade que realizam e pelas práticas desenvolvidas. As práticas não podem ser reduzidas as ações dos professores, mas envolvem toda uma gama de outras instituições que interferem diretamente na constituição dessa prática, como, sistema social, sistema educativo e escola, por exemplo

(SACRISTÁN, 1995). No entanto deve-se destacar que não existe uma prisão cultural, ou ao menos não deveria existir, pois pertencer a uma determinada cultura é apenas ser parte de um contexto que o formou, mas que é aberto e ilimitado.

A escola e o professor estão inseridos em uma sociedade, um ambiente cultural que desenvolve práticas relacionadas com uma série de questões assinaladas por Sacristán (1995) como sendo: a) práticas de caráter antropológico, com situações que ocorrem em paralelo a vida escolar, mas que afetam diretamente seu cotidiano. Ela atende a um jogo de influências e possíveis interpretações e relações com fatos entre grupos sociais, culturais e econômicos. b) práticas institucionalizadas com o funcionamento de um sistema escolar e a sua estrutura de sustentação, como secretarias de educação, núcleos regionais que condicionam o trabalho do professor, pois adota normas coletivas e regulamentações organizacionais que devem ser seguidas. Uma burocracia controlada, mas nem sempre organizada que intensifica e proletariza o trabalho docente. São práticas que funcionam em diversos níveis do sistema, desde o mais amplo como secretarias, passando pela própria escola, até chegar ao interior da sala de aula. c) práticas concorrentes que não são estritamente pedagógicas, mas que exercem grande influência nas atividades dos professores, como manuais e materiais didáticos, por exemplo.

Esse cotidiano se constitui também em um espaço de formação, visto que nele ocorre a relação com outro, tão parecido e tão diferente de cada um dos convives. Essa relação, em determinados casos, não é deveras tranquila, mas que é perpassada por conflitos, jogos de poder e autoridade, muitas vezes, imperceptíveis aos olhares mais desatentos. São relacionamentos que trazem trocas de experiências, mas podem trazer também traumas e situações delicadas nas quais o professor precisará se posicionar e aderir determinados grupos ou se isolar. No cotidiano ainda, cabe ao professor conviver com as políticas e os relacionamentos nas instâncias diferentes da sua, como mantenedoras, instituições de saúde, de justiça, ONGs e empresas.

Ou seja, é a construção de uma cultura que não podem ser explicadas isoladamente, mas fazem parte de relações dinâmicas, que por sua vez, remontam a necessidade de concebê-las na sua totalidade, já que se compõem pela multiplicidade de relações, interações, conflitos, contradições e ligações. Nesse sentido, as pessoas vivem "... num tecido de relações móveis que a essa altura já se precipitaram nela como seu caráter pessoal." (ELIAS, 1996, p. 22). Essas relações constroem uma experiência social onde a sociedade interfere na constituição das culturas individuais, sem definir cada sujeito, pois esse também interfere e constrói a sua individualidade que é modelada e remodelada a todo instante em uma relação mútua. Nesse

mesmo direcionamento Heller (2008) destaca que o ser humano contém em sua constituição a particularidade assim como o humano-genérico em uma relação de “individualidade particular” e de “genericidade humana”.

São relações que nos remetem a construção e funcionamento de uma “... rede em constante movimento, como um tecer e destecer ininterrupto das ligações.” (ELIAS, 1996, p. 35). Essa ideia de conhecimento e constituição em rede pressupõe que não haja linearidade, mas uma pluralidade de percursos e possibilidades. É nessa rede que se encontra o professor e a escola na constituição de uma cultura do professor, de seu trabalho e da escola.

Para a compreensão de como se dá a construção da cultura profissional docente torna-se essencial conhecer e relacionar e analisar os contextos onde sua prática educativa é construída e os valores que dela se originam.

O professor é responsável pela modelação da prática, mas esta é a intersecção de diferentes contextos. O docente não define a prática, mas sim o papel que aí ocupa; é através de sua actuação que se difundem e concretizam as múltiplas determinações provenientes dos contextos em que participa. A essência de sua profissionalidade reside nesta relação dialéctica entre tudo o que, através dele, se pode difundir – conhecimentos, destrezas profissionais, etc.- e os diferentes contextos práticos. A sua conduta profissional pode ser uma simples adaptação às condições e requisitos impostos pelos contextos preestabelecidos, mas pode também assumir uma perspectiva crítica, estimulando o seu pensamento e a sua capacidade para adoptar decisões estratégicas inteligentes para intervir nos contextos (SACRISTÁN, 1995, p. 74).

O que vai auxiliar na determinação do comportamento desenvolvido pelo professor, bem como na construção da cultura profissional é a relação que este estabelece, principalmente em início de carreira, com a teoria conhecida na graduação e o envolvimento com a pesquisa científica e o desenvolvimento da autonomia, a vivência da prática de trabalho e as relações estabelecidas da leitura dessas duas vertentes com o conhecimento. Tudo isso em função das tomadas de decisão das relações estabelecidas por ambas, teoria e prática, com o contexto social e histórico em que estão inseridos, nas contradições vivenciadas e percebidas, assim a leitura que esse professor realiza de todas essas questões.

3.1 PRÁTICAS DE CARÁTER ANTROPOLÓGICO

As maneiras de pensar, agir e sentir de um sujeito estão diretamente relacionadas com as vivências de cada um em particular. Ou seja, são situações que não podem ser inventadas por ele, mas das quais ele participa ativamente. Desde a questão da linguagem, do direito, das regras e normas, a moeda, são demandas que não são reinventadas a cada geração, mas que pertencem a um conjunto de instituições políticas, sociais, culturais, econômicas e religiosas.

Como mencionava Marx (1852, p. 1) “A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”. É como se toda vez que cada indivíduo fosse se alimentar, levasse com ele todos os seus antepassados e por sua vez, seus ritos, costumes junto com ele. Desta forma, não se tem consciência completa de todos os atos e ações que se desenvolve, muito embora cada um é plenamente responsável por eles.

Portanto, a endoculturação é um processo consciente ou não de aprendizagem de uma cultura. É ela que ajusta e padroniza o comportamento do ser humano em sociedade, isso se dá devido a “aceitação dos valores de sua cultura” Mello (1987, p. 88), é o processo de padronização do comportamento humano pela transmissão de valores culturais. Isso ocorre principalmente nos primeiros anos da infância. Na maturidade o indivíduo enfrenta novas situações de ajustamento e recondicionamento que levam em conta valores interiorizados, portanto se dá ao nível do indivíduo, enquanto que o processo chamado de difusão se dá em nível de grupo.

A cultura perpassa toda a vida do homem e para que haja mudanças pelas invenções individuais é necessário um certo grau de aceitação dos demais. Ou seja, a aceitação dessas invenções são condicionadas as necessidades e motivações humanas. Quando isso ocorre, a fusão de elementos de várias culturas surge uma nova cultura.

Assim sendo falar sobre as maneiras de agir e pensar tem principalmente uma realidade fora dos indivíduos que não pode deixar de ser mencionada. Pois se essas tradições continuam a existir após cada geração é porque de alguma forma elas já estão internalizadas em cada um e continuarão existindo mesmo após sua morte. Esses comportamentos mudam de localidades e classes sociais. E nessa relação o uso e a interpretação feita por cada sujeito é muito pessoal e particular, senão estariam fadados a serem exatamente iguais aos seus antepassados, sem livre arbítrio para decidir e readequar e ressignificar situações ligadas a essas tradições. Assim essa constituição se dá não no formato de uma simples soma das partes, mas um ir e vir de relações e interferências, onde as partes não possuem uma existência autônoma.

É que certamente não se pode compreender a estrutura da casa inteira pela contemplação isolada de cada uma das pedras que a compõem. Tampouco se pode compreendê-la pensando na casa como uma unidade somatória, uma acumulação de pedras; talvez isso não seja totalmente inútil para a compreensão da casa inteira, mas por certo não nos leva muito longe fazer uma análise estatística das características de cada pedra e depois calcular a média (ELIAS, 1996, p. 9).

Cada grupo de pessoas constrói representações que são compartilhadas pela maioria dos participantes desse grupo, no entanto, não se pode personificá-lo, afirmando que todos os

componentes do grupo seguem o mesmo direcionamento sem distinção. É importante compreender se os fatos e comportamentos que ocorrem dentro desse grupo se manifestam apenas no grupo ou apenas nos indivíduos que o compõe. Se esses indivíduos estivessem isolados se manifestariam da mesma forma, ou ainda tem uma origem coletiva? Outros autores também refletem a respeito desse direcionamento, como Lahire e Elias (1996). Para esse último as realidades coletivas são nomeadas de habitus nacional a partir do momento em que estão mais amplas e duradouras. Mas sem execrar essa afirmação “[...] o social reside também nos detalhes. O fato social é o que pode ser vivido por milhares de indivíduos, segundo modalidades relativamente singulares” (LAHIRE, 2006, p. 603). Ou seja, novamente percebe-se que não é o indivíduo mero produto da sociedade, embora advindo dela, mas apresenta livre arbítrio para se estabelecer e se constituir.

Também é característico das culturas humanas o fato de que os indivíduos raramente devem obediência a uma única instituição: um indivíduo “pertence” a uma / família de origem e à outra pelo casamento, a um grupo profissional, a um bairro, bem como a grupos mais gerais, como uma nação, ou uma classe social. Cada agrupamento institucional se esforça para atingir seu padrão distintivo de direitos e de responsabilidades. Isso aumenta ainda mais a ambiguidade inerente da vida em uma cultura (BRUNER, 2001, p. 36-37).

Em uma sociedade globalizada, meritocrática, competitiva, capitalista e em constante transformação, (o ofício) os trabalhos ou empregos não são mais para toda a vida, os currículos escolares apresentam interesses e conteúdos diferenciados daqueles de anos atrás. Os arranjos familiares mudaram, as desigualdades sociais estão mais acirradas, a violência está presente de forma constante. Os valores sociais e a autonomia e concepções de vida dos seres humanos já não são mais os mesmos de outrora, e com isso a finalidade da escola também não é mais a mesma. Nesse direcionamento a cultura do indivíduo é avassalada por esses inúmeros condicionantes. E a educação, de uma forma geral, poderá auxiliar na construção de uma cultura mais justa e humana. Portanto, é importante “[...] identificar la calidad educativa com una finalidad social y politica, lo que implica que la cultura escolar no se puede definir al margen del contexto democrático que la legitima” (ENGUIA, SOUTO, RAVENA, 2007, p. 82). À escola cabe ser coerente com esses aspectos. Isso se realiza na medida em que proporciona a seus professores qualidade de trabalho, respeito e valorização profissional.

E o que se tem atualmente é um efeito devastador nas práticas escolares e principalmente no interior das salas de aula. Diante dessa sociedade, o professor precisa trabalhar mais horas, em escolas muitas vezes diferentes de forma a se sustentar. As expectativas de professores, alunos e sociedade diante de diversos interesses, comportamentos

completamente opostos, além da mídia das grandes massas e os valores por ela apregoados põe em cheque a cultura docente. Estaria ultrapassado? Cansado? Desatualizado?

Devido a muitos aspectos os professores têm sido desvalorizados e desprofissionalizados, com uma sociedade que questiona a legitimidade desse profissional e a sua real importância. Por ser uma profissão partilhada socialmente, apresenta uma dimensão conflituosa, que por sua vez, participa de uma sociedade igualmente complexa que é composta de grupos sociais, culturais e econômicos distintos.

3.2 PRÁTICAS INSTITUCIONALIZADAS

Ao se refletir a respeito da cultura do professor e da escola deve-se ter claro que: “A Cultura de uma corporação [...] abrange aqueles aspectos dessa corporação que encarnam um modo característico de ver o mundo, mas não necessariamente um modo de ver singular” (EAGLETON, 2011, p. 59). Ou seja, além dessa ser uma postura altamente exclusiva, pois tenderia a abranger todo o comportamento e as tarefas de um professor, ela exclui as demais classes, como padeiros, ou médicos, por exemplo. A cultura assim se torna superespecializada e reflete a fragmentação da vida moderna. Com isso existem características que aproximam ou afastam os comportamentos dos que formam a escola do comportamento de demais profissionais, portanto a escola é dotada de uma cultura própria.

Além disso, estabelece-se um tipo ideal, dentro de uma determinada classe, ou profissão, por exemplo. Existe um tipo adequado de família, de escola, onde cada pessoa que compõe determinado grupo tem um perfil por estar nesse grupo presumidamente. Bauman (2012) classifica essa questão como a cultura dentro de um conceito hierárquico. Outra classificação utilizada pelo autor é a cultura como um conceito diferencial, onde as pessoas se distinguem por fazer parte deste ou daquele grupo, isso demonstra a incompletude básica do ser humano enquanto capacidade biológica e da necessidade de modelos culturais.

Luta-se em busca de uma distinção ao mesmo tempo em que em busca de uma aceitação e proximidade de cultura, valores compartilhados. Nesse interim se constrói uma identidade em busca de uma autoestima. Para Bruner (2001) existe um registro do passado, chamado por ele de “memória autobiográfica” que traz consigo uma possibilidade de futuro. São modelos compartilhados no interior das profissões que orientam a construção de uma cultura profissional.

Na construção dessa cultura existem vários condicionantes que compõe a escola, são pessoas com suas culturas e histórias que interferem nessa construção, algumas em maior ou menor escala, como famílias, alunos, outros professores, funcionários, gestores e comunidade

onde a escola está inserida. Além disso, as formas de comunicação também constituem a cultura escolar, em parceria com a organização do sistema, elemento tratado acima, bem como as práticas pedagógicas que são provenientes dos aspectos ligados a formação, ao material didático utilizado, que serão tratados mais adiante.

Nas formas de comunicação pode ser citada ainda a condução dos processos da escola em órgãos coletivos de decisão, como Conselho Escolar e Associação de Professores, por exemplo. Esses órgãos conduzem as formas de gestão e as tomadas de decisões no interior da unidade educativa. Esta organização reforça mecanismos internos de dominação e adaptação e as relações de poder atreladas a isso, com episódios de conflitos e relações de poder, muitas vezes banhadas em violência e discriminação. Cabe ressaltar, no entanto que a escola sozinha, não é a única responsável por isso, mesmo reorganizando e interpretando a sua maneira essas questões, ela está atrelada ao estado com seu arcabouço legal e as mantenedoras. Ou seja, é a dinâmica da escola que reelabora a cultura escolar segundo práticas, valores, ritos, ideias, procedimentos e normas próprias, que constrói um cotidiano muito próprio em cada escola. São normas próprias construídas no decorrer de sua história.

Novamente apresenta-se um processo dialético de dicotômico na construção da cultura escolar, a produção e a reprodução.

A educação é, nesse sentido, reprodutora em alguns aspectos e produtora em outros. Reprodutora, pois é diretamente dependente de uma série de fatores da cultura geral e produtora, pois pelas relações sociais que estabelece chancela comportamentos e tradições. Nesse tipo de organização os sujeitos têm o seu papel pré-estabelecido, assim como o saber e a ação a serem desenvolvidos. A cultura docente é dada a partir do lugar em que ocupa na organização e o saber que está possui daquele e por vezes, seu trabalho é submetido a visão de um especialista. Em algumas redes de ensino, os professores não podem passar nenhum tipo de atividade para os alunos, sem antes essa atividade ser liberada por um pedagogo, ou ainda uma coordenação, ou direção. Com isso se desenvolve um sentimento de incompetência gerando, inclusive situações de intimidação. Embora a prática de sala de aula seja uma decisão individual o professor não pode defini-las completamente, pois as normas que as regem são organizacionais. Portanto, as atividades desenvolvidas no interior da escola são direcionadas por políticas e decisões que vem de fora delas. Cabe ao professor decidir seu papel diante das múltiplas determinações provenientes dos contextos em que está inserido. A este profissional cabe duas possibilidades, aceitar e seguir requisitos do sistema, ou refletir e intervir nos contextos com a intenção de modificar a prática que cimenta/eterniza a divisão entre dominantes e dominados.

No contexto das políticas educacionais a escola é situada enquanto um espaço de cultura, de cunho participativo, democrático e inclusivo, situação muitas vezes contraditória a organização cotidiana, diante das dificuldades e condições que estão inseridas. Desta forma, está inserida no contexto do Estado.

No conceito gramsciano, o Estado é concebido como um complexo ideológico e político, que procura adequar as massas às necessidades estipuladas pelo mercado, junto as relações de produção. Nessas relações as sociedades aparecem como instâncias que agem entre si, no entanto as ações desenvolvidas em seu interior aparecem basicamente imbuídas de uma ideologia do conformismo e do direito de todos como iguais. Com essa roupagem a sociedade civil e a sociedade política se articulam e constituem o Estado. Mas quando essas instâncias são vistas como separadas e sem ligação, há uma ocultação da dominação burguesa. Com isso abre-se a possibilidade de haver alternância no poder de grupos cujos interesses são complementares, absorvendo a sociedade e transparecendo construir uma unidade econômica, cultural e social. Com isso, o Estado se transforma no que Gramsci (1968, p. 147) designa de “Estado educador”, com a criação de uma nova forma de civilização que propicia a conformação do indivíduo por meio da formação do consenso, onde a

Missão educativa e formativa do Estado, [...] é sempre criar novos e mais elevados tipos de civilização, adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do desenvolvimento continuado do aparelho econômico de produção, portanto elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade. (Ibidem, p. 91)

A sociedade política precisa realizar a manutenção da ordem e isso só é possível por meio da coerção com a finalidade de dominar as classes subordinadas. Essa dominação é realizada pelas forças militares, pelo poder judiciário, pela administração burocrática dos funcionários públicos e da política, ou seja, uma dominação que atinge diversas instâncias do governo, os poderes executivo, legislativo e judiciário. A forma coercitiva é combinada ao consenso passivo das classes subalternas em busca da consolidação do domínio e da manutenção da ordem social vigente pelos grupos dominantes. E isso é formado principalmente pelos meios de comunicação.

Já a sociedade civil, nesse modelo, se constitui em organismos privados, onde as classes opostas lutam para exercer e disseminar a hegemonia e o domínio da ideologia sobre a sociedade. Nela se encontra a escola, professores, sindicalistas, jornalistas e igreja (Gramsci, 2004), que interpretam normas conforme as concepções construídas pelas relações sociais, culturais e históricas vivenciadas.

No contexto capitalista a escola é tida com uma direção teórica onde o desempenho e a performance aparecem diretamente como uma cultura intransponível que interfere na prática docente e na construção da cultura profissional. Isso é observável em planos educacionais, avaliações externas, onde os resultados das avaliações estão, muitas vezes, ligados a benefícios salariais para os professores.

Diante dessas questões, o professor ainda sofre outras influências que constrói sua profissionalidade e sua cultura. Influências essas que por vezes sofrem de um largo apelo do capital e que estão presentes no cotidiano de suas ações em sala de aula. São práticas que precarizam e desvalorizam o trabalho docente.

3.3 PRÁTICAS CONCORRENTES

A construção da cultura profissional docente é perpassada por inúmeros condicionantes que trazem em sua essência a visão de professor que se quer para uma sociedade de cunho capitalista. Em conformidade com essas exigências o trabalho do professor se torna precarizado, pois em função destes e outros condicionantes o fazer docente é, em alguns momentos, reduzido apenas a seguir manuais, apostilas e livros didáticos com fórmulas e respostas prontas. Ao ato de ensinar não é exigida a pesquisa, a leitura, a reflexão, mas a reprodução dos modelos capitalistas existentes.

Nesse interim as diversas metodologias e teorias, utilizadas são repassadas como receitas de fácil compreensão. Questões como escolher a metodologia adequada aos alunos com os quais trabalhar? Ou o que ensinar, de que forma? Não são levadas em consideração, pois ao professor, não cabe refletir, mas seguir normas e padrões pré-estabelecidos.

Assim sendo, ao observar o contexto de gestão o professor não vê necessidade e nem sentido de participar, pois o sistema está pronto e as decisões já foram tomadas em virtude da situação na qual a escola se encontra e que já foi abordado anteriormente. Desta forma, observa-se que os professores são frutos de modelos de socialização constituídos também no âmbito profissional. Desde o tecnicismo na educação, ocorre que muitos desses profissionais ainda não estão acostumados a serem sujeitos no processo de ensino aprendizagem. Isso ocorre ao não participar da formulação e reflexão de objetivos, conteúdos e metodologias educacionais. É uma tradição em que esta seleção é repassada aos alunos de forma vazia sem a compreensão do sentido histórico, social e cultural. A partir desse comportamento se origina um outro problema a condução de um capital cultural que favoreça uma sociedade dominante. Dentre muitas das formas de como esse processo é efetivado na prática, pode-se destacar uma, que é a utilização dos livros didáticos como único meio e fonte de pesquisa e conhecimento.

Los libros de texto obedecen a unos principios ideológicos, control de la cultura escolar por parte del Estado y de las instituciones corporativas [...]. Así las normas administrativas del Estado y de las Autonomías tratan de supervisar los proyectos editoriales. Pero al mismo tiempo, estos materiales deben estar organizados sobre una determinada metodología didáctica, que desarrolla hábitos y rutinas que condiciona el quehacer diario de alumnos y profesores (ENGUIITA; SOUTO; RÁVENA, 2007, p. 86).

Nesses materiais há um interesse comercial embutido de formar clientes, trabalhadores sem iniciativa de pensamento crítico. Além do mais, esses materiais são confeccionados por empresas educacionais privadas, é quando estas comercializam seus serviços para municípios e estados com realidades completamente distintas que não são levadas em consideração no processo de construção. Normalmente os exemplos utilizados são completamente fora da realidade dos alunos e de difícil compreensão. Como ocorre essa aprendizagem? De que forma o professor consegue trabalhar esses conteúdos em sala se nenhuma conexão com a realidade de seus alunos? Há, portanto, uma perpetuação de uma cultura dominante, ou seja, de uma educação que favoreça as classes dominantes em detrimento das classes dominadas, e conseqüentemente uma reafirmação de uma sociedade de classes desigual e injusta para a grande maioria da população. Essa prática interfere diretamente na construção da cultura docente e em sua prática cotidiana.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as reflexões realizadas algumas premissas podem ser apontadas para novas elucubrações a respeito de tema tão relevante e ainda pouco explorado². Conclui-se, portanto, que o contexto cultural no qual o professor desenvolve sua profissão pode potencializar ou ainda restringir as possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Esse contexto precisa sempre compreendido com base nas relações sociais, históricas e econômicas, sem isso estaria solto e perderia qualquer sentido que objetivasse uma contribuição relevante no que tange a valorização do profissional da educação.

No entanto, essas mudanças não ocorrerão de cima para baixo como inocentemente esperam alguns. As práticas antropológicas, institucionalizadas e concorrentes que constituem a cultura profissional docente demonstram isso. Para que a luta entre dominantes e dominados nesse contexto se dê de forma mais justa é necessário, como aponta Gramsci (2004), criar uma nova cultura, o que significa propagar verdades já existentes e socializá-las, a fim de torná-las a base para atuações conscientes e críticas. E isso só será possível com a

² São poucas as referências de pesquisa no portal da CAPES e em periódicos que abarquem a totalidade dessa pesquisa com os temas trabalho, educação e cultura profissional.

participação e reflexão dos professores em questão, soltando-se das amarras do Estado e de sua cultura disseminada como única possibilidade, mas que na verdade é uma réplica fiel de uma sociedade capitalista e meritocrática.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRUNER, Jerome. **A cultura da educação**. Porto Alegre Artmed. 2001.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENGUITA, Mariano. SOUTO; Xosé Manuel. RÁVENA, Ricardo Rodriguez. **La Sociedad del conocimiento: democracia y cultura**. Colección Recursos, n. 75. Octaedro, FIES, MEC-Madrid, 2007.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; BITTENCOURT, Agueda Bernadete (Orgs). **Formação Humana e Gestão da Educação: a arte de pensar ameaçada**. São Paulo: Cortez, 2008.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel A Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Volumes 1, 2, 3, 4, 5, 6. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3. ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

LAHIRE, Bernard. **A Cultura dos Indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELLO, Luiz Gonzaga. **Antropologia Cultural**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos docentes. *In*: NÓVOA, António (Org.). **Profissão Professor**. V. 3, 2. ed. Porto, Portugal: Porto Editora. 1995.

VIEIRA PINTO, Álvaro. Teoria da Cultura. *In*: VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e Existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.